



A segurança alimentar sob o olhar da Educação Ambiental Crítica

Marina Battistetti Festozo – Universidade Federal de Lavras, MG – UFLA

Janaína Michelini – Prefeitura Municipal de Aparecida, SP.

Resumo

O objetivo do presente trabalho é discutir a alimentação como prática cultural e ato político, com base na problematização da segurança alimentar de forma articulada a Educação Ambiental Crítica. Buscamos, assim, analisar como a "discussão" sobre a alimentação e a sua produção/comercialização pode favorecer a compreensão e a análise crítica do processo de produção e reprodução da vida sob a lógica capitalista. Tendo como referencial o Materialismo Histórico dialético e a Educação Ambiental Crítica, discutimos a relação do homem com a produção de alimentos a partir das suas perspectivas histórica, econômica e política, e a importância deste enfoque num processo educativo contínuo e emancipatório, buscando contribuir para que os sujeitos educandos avancem na compreensão da totalidade da realidade em sua construção contraditória, e para que, além disso, possam tomar parte destas questões que influenciam sua forma de ser e de viver.

Palavras chave: Segurança Alimentar, Educação Ambiental Crítica, Agricultura

Abstract

The goal of the present paper is to discuss feeding as a cultural practice and a political act, based on the problematization of food security articulated with Critical Environmental Education. Thus, we seek to analyze how the "discussion" about feeding and its production /commercialization can favor the critical understanding and analysis of life's production and reproduction process under capitalist logic. Based on Dialectical and Historical Materialism and Critical Environmental Education, we debate man's relationship with food production from its historical, economic and political perspectives, and the importance of this approach in a continuous and emancipatory educational process, seeking to contribute to the students progress in the comprehension of the totality of reality in its contradictory construction, and so that, in addition, they can take part of these questions that influence the way of being and living.

Keywords: Food Security, Critical Environmental Education, Agriculture



Introdução

A produção e a comercialização de alimentos estruturaram-se atualmente em um complexo sistema global em que a comida é qualificada como mais uma mercadoria dentro da lógica capitalista de acumulação. Nesta lógica, a garantia da segurança alimentar de todos os povos está atrelada a processos em que alimento, energia, saúde, ambiente, tecnologia e lucratividade estabelecem relações complexas e multifacetadas, tanto em nível nacional como global. Tais relações produzem grandes paradoxos que fragilizam o acesso ao alimento para os mais pobres, desencadeando a fome em massa que, como nos ensina Ziegler (2013, p.31), é produto da lógica opressora da sociedade capitalista, sendo que o acesso ao alimento é o direito humano “mais constante e mais maciçamente violado em nosso planeta”.

As estatísticas recentes apontam que houve uma redução da representatividade de pessoas famintas no mundo, que caiu de 18,6% para 10,9 % entre os anos de 1990 e 2015 (FAO, 2015). Apesar dessa redução, em números absolutos isto significa que 794.6 milhões de pessoas no mundo - ou seja, uma em cada nove - ainda não consumiam alimentos suficientes para manterem-se ativas e saudáveis em 2015. O paradoxo revela-se quando analisamos os dados referentes ao aumento da produção das culturas agrícolas nesse mesmo período: por exemplo, em 1990, a produção mundial de milho foi de 461,95 milhões de toneladas, enquanto que em 2015 foi de 1.026 milhões de toneladas, representando um aumento de aproximadamente 222% (FAO, 2016).

Portanto, embora tenha ocorrido aumento significativo nas principais culturas agrícolas comercializadas mundialmente, a redução percentual de famintos no mundo foi de apenas 7,4%. Esses dados desmistificam as elaborações ideológicas contemporâneas que naturalizam a fome, relacionando-a ao crescimento populacional e à necessidade do aumento acelerado da produção de alimentos a partir do emprego de tecnologias e de produção em larga escala, mesmo que com altos custos ambientais e sociais.

Fadado a atender prioritariamente necessidades comerciais, em lugar de fornecer alimento à humanidade, a forma como o sistema alimentar mundial se organiza atualmente provoca mudanças ambientais globais, mas também é afetado por estas mudanças, o que fragiliza ainda mais a segurança alimentar em longo prazo.

Uma análise mais aprofundada da produção, comercialização de alimentos e da segurança alimentar expõe problemas da lógica do mercado que privilegia a saúde do sistema financeiro em detrimento da saúde, da cultura, do bem estar e da própria sobrevivência da população. Mas, a alimentação é apenas uma dentre tantas outras questões que, de um direito humano, foi transformada em mercadoria, alvo de complexos e contraditórios sistemas de troca, lobbies, cartéis, etc. A alimentação pode ser, contudo, uma questão potencial para a compreensão do funcionamento dos processos de produção e reprodução da vida sob o capitalismo, pois está presente – muitas vezes ausente – no cotidiano de todas as pessoas. Além disso, o consumo de alimentos se remete a “escolhas individuais”, mas que influenciam e também são influenciadas por toda a cadeia de produção, da extração ou criação da matéria-prima, sua industrialização, distribuição, comercialização, publicidade, consumo e descarte de resíduos, destacando o papel das pessoas e o uso da terra em cada etapa. A relação íntima que este tema possui com o dia-a-dia das pessoas e a possibilidade de esclarecer os meandros e as contradições inerentes ao nosso modelo de desenvolvimento podem ser questões potenciais para o trabalho com a Educação Ambiental (EA) Crítica.



A EA Crítica propõe que os problemas sociais e ambientais sejam compreendidos em sua totalidade, em sua materialidade, ou seja, por meio dos múltiplos fatores que os compõem e suas relações. Assim, entende que enfrentar os problemas que vivenciamos numa perspectiva individual, por meio de mudanças de comportamento da população para hábitos “ecologicamente corretos”, não é suficiente, tampouco por meio da diminuição de impactos e da menor utilização dos “recursos ambientais”. Estas orientações buscam apenas mitigar os sintomas aparentes de uma crise que é mais profunda, pois não questionam as origens, os padrões e valores propalados pela sociedade capitalista e acabam elas próprias por reproduzir, fortalecer e “perpetuar uma concepção de mundo baseada na sociedade mercantil” (JINKINGS, 2014, p. 12). A proposta da EA crítica é que antes de procurarmos, por exemplo, sugerir a mudança da matriz energética que garante o funcionamento desse sistema de produção, possamos questionar: o que implica este processo de produção? Para que e como produzimos? A EA crítica alerta que, sem revermos estas condições da obra humana sobre a base da natureza biofísica, não há como dirimir os problemas ambientais ou ainda, que não há possibilidade de evitar a exploração da natureza pelos homens, se tivermos a exploração dos homens pelos próprios homens como base de funcionamento de nossa sociedade.

Com estas preocupações, a EA crítica propõe um processo educativo contínuo, de modo a instrumentalizar, teórica e praticamente, os sujeitos para compreender a realidade concreta, em sua construção histórica e dialética, para que possam ativamente e conscientemente participar de sua transformação, em direção a um projeto de sociedade mais justo e sustentável.

Assim, temos como problema de pesquisa: Como o processo de ensino e aprendizagem com o tema segurança alimentar pode contribuir para a compreensão crítica das relações entre humanidade e natureza e também das relações de desigualdade dentro da sociedade?

Desta forma, este ensaio teórico tem como objetivo discutir a alimentação como prática cultural e ato político, com base na problematização da segurança alimentar de forma articulada à EA crítica. Busca-se, assim, analisar como a “discussão” sobre a alimentação e sua produção/comercialização pode favorecer a compreensão e a análise crítica do processo de produção e reprodução da vida sob a lógica capitalista.

Neste ensaio teórico, tomamos o método Materialista Histórico-Dialético como referencial teórico-metodológico, afirmando a necessidade do compromisso da pesquisa com a vida em sociedade, permitindo a construção e reconstrução mútua e contínua entre ciência e prática social. Método aqui é compreendido como teoria, como referencial teórico-metodológico, o que significa dizer que essa teoria é uma forma de conceber a realidade: a compreensão histórica e dialética dos fatos é “o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação” (KONDER, 1988, p. 8).

Sob esta abordagem compreende-se que para captar a complexidade da realidade é importante e imprescindível proceder a análise das diversas questões que a compõem, e as relações entre elas, de modo a chegar ao concreto, ou o concreto pensado. “O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações e, por isso, é a unidade do diverso. Aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, e não como ponto de partida...” (MARX, 2011, p. 15), ou seja, é preciso superar, por meio de análises e abstrações, a visão inicial imediata, aparentemente caótica, que temos da realidade como ela nos aparece - também chamada de síncrese -, em direção à síntese. Uma vez que a realidade e os múltiplos fatores que a compõem possam ser



compreendidos pelo coletivo da população – ou ao menos, importante parte dela –, possibilita-se o amadurecimento de determinadas questões, para então poderem ser superadas, pela mobilização, luta e avanço em relação aos seus direitos de modo geral.

A relação homem-natureza e o desenvolvimento da agricultura

O homem¹ é um ser natural vivo, que só pode sobreviver pelo intercâmbio constante com a natureza, é, portanto, ele próprio, parte integrante dela (MARX, 1983). Contudo, a existência humana não se dá na e com a natureza como ela se apresenta, nós a transformamos e, diferentemente de outros animais que consomem objetos e a transformam para satisfazer necessidades imediatas – de forma instintiva e inata –, os homens a transformam de acordo com propósitos, interesses e objetivos antecipados mentalmente – intencionais –, produzindo a partir da natureza biofísica o mundo humano. A esta ação de transformação intencional chamamos de “trabalho”: atividade vital humana, um processo “(...) no qual o homem media, regula e controla pela sua própria ação seu metabolismo com a natureza” (IDEM, p. 149).

Neste processo o ser humano transforma a natureza em instrumentos, possibilitando que estes não desempenhem mais apenas a sua função natural, sua função primeira, mas outras, com significados novos no interior da prática social (DUARTE, 1999). Assim, o objeto passa a ser humanizado,. Portanto, a natureza é denominada de corpo inorgânico do homem, a continuidade de seu corpo orgânico, o prolongamento de seus “dedos”, “... o corpo objetivo de sua subjetividade” (MARKUS, 1974, p. 8). Contudo, ao mesmo tempo em que o ser humano age por esse movimento sobre a natureza exterior e a modifica, ele modifica também a si mesmo, produzindo a sua própria existência. Segundo Hobsbawm (1985, p. 16) “esta interação entre o homem e a natureza é – e ao mesmo tempo produz – a evolução social”. Suplantamos assim, por meio do trabalho, as limitações impostas pela natureza, passando do “reino da necessidade para o reino da liberdade” (MARX, 2012, p. 07). O trabalho é, portanto, a própria forma de realização humana. Neste contexto a natureza é a fonte de toda a riqueza bem como o próprio trabalho humano, compreendido como expressão de uma força da natureza, força de trabalho do homem (LÖWI, 2005).

Na história evolutiva da sociedade humana, a agricultura e a pecuária foram fatos fundamentais à nossa superação dialética em relação aos demais animais e, sobretudo, outros primatas. Estas atividades produtivas, desenvolvidas pelo acúmulo de informações ao longo de milhares de anos, contribuíram para que o homem, de nômade se tornasse cada vez mais sedentário, passando a não mais despender tão grande esforço e energia cada vez que precisasse procurar por alimentos e consequentemente, abrigo. Assim, além de tempo e energia que agora poderiam se concentrar noutras atividades, o homem, ao se fixar na terra, formava aglomerações que favoreceriam as trocas sociais e, portanto, o desenvolvimento da cultura humana, a linguagem, etc.

Mazoyer e Roudart (2010) afirmam que os primeiros sistemas de cultivo e criação de animais apareceram há aproximadamente 10 mil anos, no período neolítico atividades que eram praticadas nos arredores das moradias e aluviões das vazantes dos rios, terras que eram mais férteis e que não exigiam desmatamento. Desenvolvendo-se a

¹ Aqui nos referimos ao gênero humano, sem fazer qualquer tipo de distinção entre homens e mulheres.



partir desta origem, expandem-se pelo mundo principalmente de duas maneiras: por meio dos sistemas pastorais e de cultivo de derrubada-queimada.

Neste estágio em que não é bem desenvolvida a produção e os grupos de pessoas, para sobreviver, ainda eram muito dependentes da caça e da pesca, mas também de sistemas mais rudimentares de plantio e de criação de animais, desenvolve-se a primeira forma de propriedade: a comunal (MARX, 1985, p. 66 - 67).

Quando os homens, finalmente, se fixam, a maneira como esta comunidade original se modifica vai depender de várias condições externas – climáticas, geográficas, físicas etc, bem como de sua constituição específica, isto é, de seu caráter tribal. A comunidade tribal espontânea ou, se preferimos dizer, a horda (laços comuns de sangue, língua, costumes, etc) constitui o primeiro passo para a apropriação das condições objetivas de vida, bem como da atividade que a reproduz e lhe dá expressão material, tornando-a objetiva (*vergegenständlichen*) (atividade de pastores, caçadores, agricultores, etc.) A terra é o grande laboratório, o arsenal que proporciona tanto os meios e objetos do trabalho como a localização, a *base* da comunidade. As relações do homem com a terra são ingênuas: eles se consideram como seus *proprietários comunais*, ou seja, membros de uma comunidade que se produz e reproduz pelo trabalho vivo. Somente na medida em que o indivíduo for membro de uma comunidade como esta – literal e figuradamente – é que se considerará um proprietário ou *possessor*. Na realidade, a *apropriação* pelo processo de trabalho dá-se sob estas *pré-condições* que não são *produto* do trabalho, mas parecem ser seus pressupostos naturais ou *divinos*.

Gradualmente, desenvolve-se o conhecimento sobre o uso da terra e de instrumentos, o que possibilita, no fim do período neolítico, a utilização de novos espaços, variável de acordo com os solos e climas nos diferentes cantos do mundo: irrigação dos solos menos úmidos, drenagem ou incremento de variados sistemas hidráulicos em áreas encharcadas. As revoluções agrícolas nos períodos Antigo e Idade Média também possibilitam maior uso da terra, com a utilização de espaços acidentados ou de difícil proteção e, além disso, o aumento no número de colheitas e cultivo de outras plantas (MAZOYER E ROUDART, 2010).

Até este período, a Idade Média, a produção tanto de alimentos como de outras benesses, agricultura e manufatura que se dava nos feudos, voltavam-se para o consumo da própria aldeia; quando havia excedentes – produzidos pelos servos ou artesãos –, eles eram trocados em mercados locais com frequência semanal, controlados pela igreja e/ou pelos senhores feudais. Contudo, com o comércio tão pouco desenvolvido, não havia grandes razões para produção de excedentes em maior número (HUBERMAN, 1986).

A modernização da agricultura e a problemática da segurança alimentar

As condições que possibilitaram a transformação de uma sociedade baseada no consumo para uma sociedade que funda sua economia na troca são sintetizadas na seguinte passagem de Hobsbawm (1985, p. 17):

Sendo um animal social, o homem desenvolve tanto a cooperação como uma *divisão social do trabalho* (isto é, especialização de funções) que não só é possibilitada pela produção de um *excedente* acima do que é necessário para manter o indivíduo e a comunidade da qual participa, mas também amplia as possibilidades adicionais de geração desse excedente. A existência deste



excedente e da divisão social do trabalho tornam possível a troca. Mas, inicialmente, tanto a produção como a troca têm, como finalidade, apenas, o *uso* – isto é, a manutenção do produtor e de sua comunidade. (...) O progresso, naturalmente, é observável na crescente emancipação do homem relativamente à natureza e no seu domínio cada vez maior sobre a mesma. Esta emancipação (...) não apenas afeta as forças produtivas, como também, as relações de produção.

As relações entre os homens em sociedade e as relações que a sociedade estabelece com a natureza são, nesta fase, profundamente alteradas. Observa-se a separação e oposição entre o campo e a cidade – e a divisão e especialização do trabalho, nas diferentes cidades e entre trabalhadores. A população agrícola é reduzida admirável e constantemente ao passo que a população urbana aumenta e se amontoa em grandes cidades. O processo de produção então inaugurado gera uma profunda “ruptura no sistema de trocas materiais entre sociedades humanas e o meio ambiente, em contradição com as leis naturais da vida” (LÖWI, 2005).

Neste sentido, Marx (1984) destaca a associação entre a agricultura e a grande indústria, que já se desenvolve no século XIX. Se a primeira a princípio devasta a “força natural da terra”, enquanto a segunda arruína a força do trabalho, a “força natural do homem”, com o tempo, ambas se unem e oferecem as condições para exploração industrial no campo, tanto dos seus trabalhadores como da terra. Nem um, nem outro são considerados pelo seu valor inerente, ou “valores de uso” - a verdadeira riqueza, segundo Marx -, mas segundo o seu “valor de troca”, o seu valor de acordo com o mercado. Ou seja, esgotam-se as fontes de sua própria riqueza, o trabalho e a natureza, em favor da concentração ilimitada de capital, por meio da centralização dos meios de produção. A terra deixa de ser o laboratório natural do homem e o trabalho – e a compreensão do processo de produção – não mais pertencem a cada sujeito.

Historicamente, esta associação entre agricultura e indústria sob a égide capitalista desencadeou processos complexos, levando ao que ficou conhecida como “Revolução Verde”, iniciada nos EUA e na Europa na década de 1950 e no Brasil na década de 1960. Com essa revolução ocorreu a modernização da agricultura, que passaria a assumir novos objetivos e novas formas de exploração agrícola na busca pelo aumento significativo da produção a partir do uso intensivo de insumos e da mecanização no campo. A estratégia adotada em muitos países, inclusive no Brasil, foi a prevalência dos subsídios e créditos agrícolas para estimular as indústrias de maquinários, insumos e sementes, e também para a compra e o manejo da terra, incentivando a concentração fundiária e a grande produção agrícola para a exportação. Desta forma, o espaço agrário brasileiro tornou-se mais um local para a ampliação da influência do capitalismo, com as práticas produtivas impondo cada vez mais prejuízos aos ecossistemas naturais e também acentuando o caráter concentrador de riquezas e de benefícios sociais.

Importantes processos políticos globais ocorreram associados a essas mudanças econômicas, especialmente em relação à disputa por expansão de mercados. A ideia de que era necessário aumentar significativamente a produção para garantir o acesso ao alimento de uma população crescente foi um argumento incisivo na Conferência Mundial de Segurança Alimentar organizada pela FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations) no ano de 1974, logo após ter ocorrido uma importante quebra de safra que abalou os estoques de alimentos da Europa. Nesta Conferência, a concepção de segurança alimentar até então associada à soberania



nacional, passou a ser relacionada à capacidade de produzir alimentos, o que fortaleceu a argumentação das indústrias químicas, que prometiam o aumento da produção a partir do uso de insumos (MALUF et al., 2001).

Em continuidade a esse processo, mais de uma década depois, na “Rodada Uruguaia de Negociações Comerciais Multilaterais”, os EUA, exercendo grande influência a favor da liberalização do comércio agrícola, defendiam a autossuficiência e a segurança alimentar como conceitos distintos, sendo a segurança alimentar a capacidade de adquirir alimento sempre que necessário, o que seria mais fácil a partir de uma gama de fornecedores do mercado mundial do que pela autossuficiência, definida como dependência exclusiva na produção nacional (McMICHAEL, 2001). Surgindo nesse contexto, essa concepção de segurança alimentar legitimou uma agricultura mundial subordinada ao capital (IDEM, 2005).

Desta forma, as produções nacionais de alimentos tornaram-se gradualmente mais integradas ao sistema alimentar mundial, o que contribuiu para a re-primarização da economia de muitos países em desenvolvimento, especialmente na América do Sul, com suas pautas de exportação ancoradas em *commodities* de baixo valor econômico e alto custo ambiental e social de produção (SVAMPA, 2013). Como consequência, houve um aumento da importação de alimentos pelos países em desenvolvimento e a priorização da produção de produtos agrícolas para atender ao mercado externo. No Brasil, por exemplo, ao mesmo tempo em que ocorre o aumento da produção de grãos como a soja e o milho – cereais que compõem a pauta de exportação –, a produção de feijão deve diminuir de 3,7 para 3,2 milhões de toneladas no período entre os 2013/2014 e 2023/2024, enquanto a projeção de aumento das importações deste alimento é de 24% nesse mesmo período (BRASIL, 2014). Portanto, em detrimento da segurança alimentar nacional, devido ao baixo incentivo para a produção de alimentos consumidos no mercado doméstico e também à degradação ambiental que coloca em risco a produção de alimentos a médio e longo prazo, prioriza-se o aumento da exportação de produtos agropecuários, justamente sob o argumento de garantir a segurança alimentar global.

Educação Ambiental Crítica e a compreensão da produção e da reprodução da vida sob a lógica capitalista

A educação é uma atividade social, um processo que contribui para tornar os seres humanos, que nascem incompletos como homens, mais completamente humanos pelo acesso e apropriação dos inúmeros avanços conquistados ao longo da história pelo gênero humano, tendo como base a natureza biológica. A plenitude humana é atingida, portanto, quando – e se – cada ser se apropria do que já foi produzido pelo coletivo dos homens e compreende os meios pelos quais esta produção se dá. Isso lhe possibilita participar ativamente da vida em sociedade e contribuir, da mesma forma para seu desenvolvimento, não apenas a reproduzindo cegamente, de maneira alienada. A educação e particularmente a escola tem papel fundamental neste processo, podendo cooperar tanto para a reprodução da ordem das coisas quanto para a sua transformação.

Neste sentido, tomamos posição por uma educação que contribua para transformação do modo de produção e reprodução da vida em sociedade baseada na exploração do homem e do ambiente, compreendendo que a crise societária e a crise ambiental decorrente não se tratam de desastre natural inevitável ou decorrente da soma de ações individuais erradas, mas resultante de escolhas históricas que configuraram certa organização da vida em sociedade. O capitalismo é fundado sobre a desigualdade



de classes e desta resultam também desigualdades nas capacidades e faculdades humanas, alimentando um ciclo sem fim, em que os menos favorecidos raramente podem ascender social e intelectualmente.

A compreensão histórica das relações entre sociedade e natureza e o processo de produção dos meios de vida humana, com especial atenção aqui às questões relacionadas à segurança alimentar, tem enorme potencial para o trabalho educativo, uma vez que, se consideradas criticamente, podem possibilitar a compreensão mais ampla da produção e da reprodução da vida sob a lógica capitalista.

Assim, a Pedagogia Histórico-Crítica busca trazer contribuições, na medida em que toma como ponto de partida do processo educativo a prática social, problematizando-a e instrumentalizando os educandos, de modo a passarem por um processo de catarse, retornando à prática social, neste estágio, enriquecida (MARSIGLIA, 2011). Trata-se de um processo educativo que se pode percorrer com o objetivo de expandir gradualmente a compreensão de sujeitos tolhidos do acesso à riqueza humana produzida coletivamente, almejando a formação omnilateral (MARX), plena, de todas as crianças, jovens e adultos – também e principalmente aquelas da classe trabalhadora – para que possam compreender a totalidade da realidade e a sua construção contraditória nas relações em sociedade, de modo a se inserir na realidade, para além de integrar-se a ela (FREIRE, 2007).

Considerações Finais

A forma como o sistema alimentar está organizado atualmente reflete a organização da sociedade mundial predominantemente regida pelo sistema econômico capitalista, cujos princípios promovem a desigualdade social e a degradação ambiental. Uma abordagem crítica sobre esta organização, a partir de um processo educativo contínuo e emancipatório, pode estimular o seu enfrentamento, tendo como ponto de partida a compreensão de um dos fenômenos mais desumanos provocados pela própria sociedade humana: a insegurança alimentar e, portanto, a fome.

Neste processo educativo, os atores sociais ao se perceberem como parte de uma realidade constantemente em construção e, portanto, também com poder de atuação tanto em nível individual como coletivo, podem assumir o compromisso não só em relação a mudanças de hábitos de consumo, buscando produtos provenientes de formas alternativas de produção, como a agricultura orgânica e os sistemas agroecológicos, mas também em relação a aspectos que extrapolam as questões relacionadas à alimentação e direcionam a uma transformação radical no sentido de reformas estruturais dos mercados, dos regimes de propriedade e da distribuição dos recursos naturais.

Referências

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). **Projeções do Agronegócio: Brasil 2013/2014 a 2023/2024** projeções de longo prazo. MAPA. Assess. Gestão Estratégica. Brasília: MAPA/ACS, 2014.

DUARTE, N. **A individualidade para-si**. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

FAO; IFAD; WFP. **The State of Food Insecurity in the World 2015**. Meeting the 2015 international hunger targets: taking stock of uneven progress. Rome, FAO, 2015



FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **Food outlook**: biannual report on global food markets. Rome: FAO, 2016.

HOBSBAWN, E. **Introdução à MARX**, Karl Formações econômicas pré-capitalistas. 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1985, p. 13-64.

HUBERMAN, L. **A História da Riqueza do Homem**. 21ª Ed. Rio de Janeiro: RTC, 1986.

KONDER, L. **O que é dialética**. 18ª Ed., São Paulo - SP: Ed. Brasiliense, 1998.

LÖWI, M. **Ecologia e socialismo**. São Paulo - SP: Cortez, 2005.

MALUF, R.; MENEZES, F.; MARQUES, S. **Caderno Segurança Alimentar. Montpellier**: Fondation Charles Léopold Mayer pour le Progrès de l'Homme, Red Agriculturas Campesinas, Sociedades y Globalización (APM), 2001.

MARKUS, G. **Teoria do conhecimento no jovem Marx**. Rio Janeiro: Paz e Terra, 1974.

MARSIGLIA, A.C.G. A prática Pedagógica na perspectiva histórico-crítica in MARSIGLIA, A.C.G. (org.) **Pedagogia Histórico-crítica**: 30 anos. Campinas, SP: Editores Associados, 2011.

MARX, K. Processo de Trabalho e Processo de Valorização in **O Capital**, São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. Formações econômicas pré-capitalistas. 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

_____. Introdução à Crítica da Economia Política, 1859. Disponível em http://antivalor2.vilabol.uol.com.br/textos/marx/marx_40.html, Acesso em 15dez. 2011.

McMICHAEL, P. **Global Development and the Corporate Food Regime**. Research in Rural Sociology and Development, v. 11, p. 269-303, 2005.

_____. **The impact of globalisation, free trade and technology on food and nutrition in the new millennium**. Proc Nutr Soc, v. 60, p. 215-220, 2001.

MAZOYER, M. ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo**: do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MÉSZAROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boi Tempo Editorial, 2006

SVAMPA, M. **Resource extractivism and alternatives**: Latin American perspectives on development. Journal für Entwicklungspolitik, v. 28, n. 3, p. 43-73, 2013.

ZIEGLER, J. **Destruição em massa**: geopolítica da fome. Tradução de José Paulo Netto. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013.